

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 26 de fevereiro de 2019 às 07h42*  
*Seleção de Notícias*

## Abipti | BR

Marco regulatório | INPI

|                                                                                                 |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| INPI esclarece exigência sobre acesso ao patrimônio genético e listagem de sequências . . . . . | 3 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

|                                                                       |   |
|-----------------------------------------------------------------------|---|
| Despacito e o YouTube: qual o futuro dos direitos de autor? . . . . . | 5 |
|-----------------------------------------------------------------------|---|

## O Estado - Online | CE

Propriedade Intelectual

|                                                                                             |   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Trump adia aumento de tarifas sobre produtos chineses, esfriando guerra comercial . . . . . | 8 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|---|

MUNDO

## INPI esclarece exigência sobre acesso ao patrimônio genético e listagem de sequências



Diante de dúvidas dos usuários referentes aos novos códigos de despachos de patentes 6.6.2 (Exigência formal - acesso ao patrimônio genético) e 6.6.3 (Exigência formal - listagem de sequências), publicados na Revista da Propriedade Industrial (RPI) 2511, o **INPI** apresenta os seguintes esclarecimentos.

A Lei nº 13.123/2015, em seu Artigo 47, condiciona a concessão de pedidos de patentes obtidos a partir de acesso ao Patrimônio Genético Nacional (PG) ou ao Conhecimento Tradicional Associado (CTA) ao cadastramento ou autorização de acesso obtida junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

Com vista ao cumprimento desta legislação, historicamente o **INPI** utiliza o despacho 6.6 ("outras exigências"), que tem por base o Artigo 34 da LPI. Entretanto, este despacho não é um ato específico para informações relativas ao patrimônio genético nacional e ao conhecimento tradicional associado, também se referindo à apresentação de Listagem de Sequência Biológica, entre outros documentos.

Em 2018, foi instituído pelo **INPI** um procedimento de exigência, por meio da publicação automática do despacho 6.6.1, visando a sanear os pedidos de pa-

tentes frente à nova lei de acesso ao PG. O uso deste despacho foi um procedimento excepcional para saneamento do banco de patentes, não sendo de aplicação continuada.

Os novos códigos de despachos 6.6.2 (Exigência formal - acesso ao patrimônio genético) e 6.6.3 (Exigência formal - listagem de sequências) foram criados para substituir as exigências sobre acesso ao PG e Listagem de Sequência Biológica, respectivamente, anteriormente abarcadas no código de despacho 6.6. A criação de despachos específicos é o modelo ideal, pois permite o rastreamento preciso da informação. Vale ressaltar que as exigências com código de despacho 6.6.2 e 6.6.3 não serão publicadas de forma automática, como foi feito na publicação do despacho de exigência 6.6.1. Estes novos códigos de despacho visam a facilitar o monitoramento destas demandas.

Entretanto, cabe lembrar que em casos específicos o **INPI** poderá emitir uma nova exigência sobre acesso ao PG utilizando o código de despacho 6.6.2, independente do pedido já ter recebido uma exigência desta natureza anteriormente (despacho 6.6 ou 6.6.1). Por exemplo, um depositante que respondeu que houve acesso ao patrimônio genético, mas este acesso ainda está em fase de regularização junto ao CGEN. Ou que informou no ato do depósito que houve acesso, entretanto não apresentou o número de cadastro ou de autorização de acesso obtida junto ao CGEN. Ou, ainda, pedidos que foram depositados em papel e nos quais não há informação, no ato do depósito, se houve ou não acesso ao patrimônio genético. Por fim, ressaltamos que a resposta ao 6.6.2 e ao 6.6.3 é obrigatória, sob pena de arquivamento do

Continuação: INPI esclarece exigência sobre acesso ao patrimônio genético e listagem de sequências

pedido.

(**INPI**)

O post **INPI** esclarece exigência sobre acesso ao patrimônio genético e listagem de sequências apareceu primeiro em ABIPTI.

# Despacito e o YouTube: qual o futuro dos direitos de autor?

## DIREITO CIVIL ATUAL

No início de dezembro, o mundo observou a reação incisiva de gigantes da internet como o YouTube ao avanço da tramitação de uma diretiva no âmbito da União Europeia [i]. A chamada Copyright Directive [ii], a ser votada pelo Parlamento Europeu em janeiro de 2019, prevê a possibilidade de bloqueio e pesadas multas para sites que desrespeitem **direitos autorais**. Isso significa que os provedores de aplicações da internet [iii] terão um dever maior de fiscalização do conteúdo por elas hospedado.

A presidente do YouTube, Susan Wojcicki, disse que o principal risco vislumbrado é o de conteúdo cujos titulares de direitos sejam, no todo ou em parte, desconhecidos - o que, segundo ela, pode atingir não só vídeos de poucos acessos, mas até mesmo campeões de visualizações.

Em artigo publicado no Financial Times, a executiva pontua o seguinte: "Veja o hit global Despacito. O vídeo contém múltiplos **direitos autorais**, de gravação de som a direitos de publicação. Embora o YouTube tenha acordos com diversas entidades para licenciar e pagar pelo vídeo, alguns dos detentores de direitos permanecem desconhecidos. Essa incerteza faz com que talvez tenhamos que bloquear vídeos como esse para evitar sermos responsabilizados com base no artigo 13. Multiplique esse risco pela escala do YouTube, em que mais de 400 horas de vídeo são inseridas a cada minuto, e potenciais responsabilidades poderiam ser tão grandes que nenhuma empresa teria condições de assumir tamanho risco financeiro" [iv].

Na prática, portanto, as preocupações do YouTube são de que o gravador de som mencionado no parágrafo anterior, ocupando um papel que tradicionalmente ficava a cargo do produtor, se mobilize para defesa de seus **direitos autorais** (pleiteando as medidas enérgicas possibilitadas pelo

artigo 13 da diretiva).

Esse movimento progressivo de diástole dos **direitos autorais** (e dos esforços cada vez maiores por sua proteção) não é isolado [v], e pode ser observado principalmente no influxo de demandas capitaneadas por pessoas e entidades que, até pouco tempo atrás, encontravam-se à margem de ações para proteção e arrecadação de **direitos autorais**.

No Brasil, o produtor também ocupa posição central nesse campo, como tradicional cessionário de direitos patrimoniais.

No entanto, entidades que representam autores, atores e diretores têm se movimentado para modificar esse cenário. Nesse sentido é a recente autorização do Ministério da Cultura para que entidades representativas desses profissionais cobrem taxa de direitos de autor pela exibição de filmes, séries, novelas e outros produtos audiovisuais [vi]. Isto, obviamente, recebeu o protesto de TVs, cinemas e empresas de streaming, que falam em oneração excessiva e possível encarecimento de ingressos e valores de assinatura [vii].

Existe, portanto, uma tensão latente e não resolvida entre as demandas por ampliação da legitimidade de cobrança e fiscalização do cumprimento de disposições sobre direitos autorais e as empresas que têm de remunerá-los, acostumadas à centralização do pagamento ao produtor, e que sustentam que negócios que exploram o entretenimento se tornarão economicamente inviáveis caso essas tendências de ampliação se confirmem.

Na contramão dessa conta que não fecha, é interessante observar o surgimento de esforços, no campo das artes plásticas, para conferir remuneração digna aos criadores de obras, sem que isso atue diretamente para aumentar o preço delas.

Continuação: Despacito e o YouTube: qual o futuro dos direitos de autor?

O modelo, descrito por reportagem do jornal Nexo [viii] a partir de artigo acadêmico publicado pelos pesquisadores Amy Whitaker, da Universidade de Nova York, e Roman Kräussl, da Universidade de Finanças de Luxemburgo, busca remediar o fato de artistas em regra não receberem a contrapartida devida pela valorização posterior de seus quadros.

Artistas em início de carreira geralmente dependem de galerias e marchands para venda de seus trabalhos, em acordos que, segundo a reportagem, são normalmente de meação (isto é, 50% ao artista e 50% ao intermediador da venda). No entanto, após essa primeira venda, o quadro não pertence mais ao seu autor e, no caso de valorização da obra, ele nada pode fazer, tendo em vista que as negociações seguintes se darão unicamente entre os futuros adquirentes da obra e seus atuais proprietários.

Como ilustração dessa situação, o artigo recorda o ocorrido com um quadro do pintor norte-americano Robert Rauschenberg, vendido em 1958 por 900 dólares e, quinze anos depois, a um colecionador, por 85 mil dólares.

O que o sistema proposto pelo artigo prevê é a manutenção de uma porcentagem da obra que continue a pertencer ao seu criador, independentemente das futuras vendas. Essa porcentagem pode ser vendida depois, a critério do artista.

Assim, no caso acima, quando da primeira venda por 900 dólares, Rauschenberg, em vez de receber 50% do valor (450 dólares), receberia, por exemplo, 40% (ou seja, 360 dólares) e conservaria a propriedade de 10% do quadro. Com isso, quando o quadro fosse vendido pela segunda vez, por 85 mil dólares, o pintor receberia 10% do valor da venda, ou seja, 8.500 dólares.

A remuneração maior ao artista, na situação acima, não encareceu por si só o preço final do quadro na segunda venda, que ocorreu pelo maior renome adquirido pelo pintor com o passar dos anos.

Soluções como essa estão naturalmente sujeitas a críticas e debates (especialmente porque esta se mostra adequada ao campo das artes plásticas mas, à primeira vista, parece pouco afeita a outros domínios artísticos). No entanto, elas podem trazer ao direito de autor alguma conciliação entre as demandas de criadores por remuneração mais justa e, de outro lado, do público por condições para usufruir delas.

\*Esta coluna é produzida pelos membros e convidados da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo (USP, Humboldt-Berlim, Coimbra, Lisboa, Porto, Roma II-Tor Vergata, Girona, UFMG, UFPR, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF, UFC, UFMT, UFBA, UFRJ e UFAM).

i Veja-se, a respeito, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, disponível em <https://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,par-a-o-youtube-lei-de-direitos-autorais-da-europa-e-inviavel-financeiramente,70002606602>. Acesso em 10.12.2018.

ii Disponível em português em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52016PC0593&from=EN>. Acesso em 19.12.2018.

iii O Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) conceitua aplicações da internet em seu art. 5º, VII, como "o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet".

iv Tradução livre de artigo publicado em 12.11.2018 no Financial Times. No original: "Take the global music hit 'Despacito'. This video contains multiple copyrights, ranging from sound recording to publishing rights. Although YouTube has agreements with multiple entities to license and pay for the video, some of the rights holders remain unknown. That uncertainty means we might have to block videos like this to avoid liability under article 13. Multiply that risk with the scale of YouTube, where more than 400

Continuação: Despacito e o YouTube: qual o futuro dos direitos de autor?

hours of video are uploaded every minute, and the potential liabilities could be so large that no company could take on such a financial risk". (Disponível em: <https://www.ft.com/content/266e6c2a-e42e-11e8-a8a0-99b2e340ffeb>. Acesso em 08.12.2018)

v Recentemente, por exemplo, a Austrália aprovou uma emenda no Copyright Act de 1968 que possibilita às cortes federais do país desabilitar conteúdos que infrinjam direitos autorais, dentro e fora do país, ou que tenham o propósito ou o efeito prático de facilitar tais infringências. Isso significa que mecanismos de buscas como Google e Bing terão de desabilitar links de sites que infringem direitos autorais, sob pena de se enquadrarem na nova definição legal de "facilitar" o desrespeito a eles. Confira-se, a respeito, a notícia do semanário do InternetLab de 03.12.2018 (disponível em: <http://www.internetlab.org.br/pt/semanario/>. Acesso em 10.12.2018), bem como o texto da lei, em inglês ([https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/legislation/bills/r6209\\_aspassed/toc\\_pdf/18217b01.pdf;fileType=application%2Fpdf](https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/legislation/bills/r6209_aspassed/toc_pdf/18217b01.pdf;fileType=application%2Fpdf). Acesso em 10.12.2018).

vi Na nota técnica que oferece respaldo a essa autorização, lê-se que "Vale dizer que o produtor não detém a titularidade legal dos direitos patrimoniais da obra, mas detém a presunção de consentimento para a utilização econômica da mesma, estabelecido nos limites do contrato firmado entre as partes. (...) Logo, não há presunção legal quanto à obrigatoriedade da cessão dos direitos patrimoniais, ainda que admitida e costumeira no mercado audiovisual. (...) Nesse sentido, ainda que se argumente que, em regra, o instrumento contratual firmado seja a cessão, deve ser observado que a LDA prevê, no art. 49, outras modalidades de autorização para exploração econômica. Ora, se os autores - di-

retor e roteirista - e intérpretes são titulares originários dos direitos sobre sua criação/interpretação, o que inclui os direitos patrimoniais; se a Lei de Direitos Autorais não obriga a cessão dos direitos patrimoniais para o produtor audiovisual e, ainda, se a análise das relações contratuais entabuladas no âmbito da produção audiovisual excede o escopo do processo de habilitação e a competência deste Departamento, não nos parece razoável presumir que todos os direitos estariam cedidos ao produtor e excluir a possibilidade de exercício da atividade de cobrança por aqueles que são originariamente os titulares de tal direito" (Ministério da Cultura. CG-RHB/DERAF/SDAPI. Processo nº 01400.080092/2015-48. Nota técnica n. 1/2018. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/documents/1/0883/1542311/SEI\\_MIN-C+++habilitacao++2018+-+INTERARTIS.PDF/baa-f44-04fd-4348-b1f9-4ccbf2d88e04](http://www.cultura.gov.br/documents/1/0883/1542311/SEI_MIN-C+++habilitacao++2018+-+INTERARTIS.PDF/baa-f44-04fd-4348-b1f9-4ccbf2d88e04). Acesso em 18.12.2018).

vii Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/12/tvs-e-cinemas-tentaram-reverter-cobranca-por-direitos-autorais.shtml>. Acesso em 11.12.2018.

viii Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/19/A-proposta-em-que-artistas-retrat%C3%A3o-do-valor-das-obras-mesmo-ap%C3%B3s-a-venda>. Acesso em 08.12.2018.

João Paulo Capelotti é doutor em Direito pela UFPR, advogado sócio da Tomasetti Jr. & Xavier Leonardo - sociedade de advogados.

# Trump adia aumento de tarifas sobre produtos chineses, esfriando guerra comercial

MUNDO

Em um gesto de trégua na guerra comercial entre EUA e China, o presidente Donald Trump anunciou neste domingo (24) o adiamento da entrada em vigor de novas tarifas sobre US\$ 200 bilhões em produtos importados do país asiático, citando "progresso substancial" nas negociações bilaterais.

As tarifas de importações, que subiriam de 10% para 25%, seriam impostas a partir de sábado (2). O republicano não disse até quando durará o adiamento das sobretaxas.

## Reprodução

Em mensagem em uma rede social, Trump afirmou que estava "satisfeito" em informar que os EUA tinham feito progresso substancial nas negociações comerciais com a China "em assuntos estruturais importantes, incluindo proteção à **propriedade intelectual, transferência de tecnologia**, agricultura, serviços, moedas e outros temas".

"Considerando que os dois lados façam progressos adicionais, estamos planejando uma cúpula para Xi [Jinping, dirigente da China] e eu, em Mar-a-Lago [Flórida], para concluir um acordo." Trump, no entanto, não mencionou uma data para o encontro, em seu resort de luxo em Palm Beach.

Oficialmente, a guerra comercial entre EUA e China começou em março do ano passado, quando Trump anunciou a imposição de tarifas de 25% sobre a importação de aço e de 10% sobre a de alumínio. Nesse primeiro momento, o alvo não era declaradamente o gigante asiático.

Mas a situação começou a escalar e a se tornar bilateral a partir de abril, quando a China retaliou e decidiu impor tarifas sobre US\$ 3 bilhões de produtos americanos.

As primeiras negociações para resolver o impasse começaram em maio, mas, desde então, pouca coisa avançou, enquanto os dois países seguiam impondo mais tarifas bilaterais.

Em novembro, Trump e Xi voltaram a se falar, reacendendo a esperança de um acordo.

Em dezembro, durante encontro do G20, em Buenos Aires, os líderes anunciaram uma primeira trégua, que duraria 90 dias.

Os produtos atingidos pelas tarifas americanas vão de aeronaves e a equipamentos médicos. A China sobretaxou commodities, como a soja, o que aumentou as exportações da oleaginosa brasileira.

Em termos econômicos, o impacto da guerra comercial já começou a ser sentido nas contas chinesas. Em dezembro do ano passado, as exportações do país asiático recuaram ao ritmo mais forte em dois anos.

As importações também contraíram, indicando fraqueza na China e redução da demanda global.

Apesar disso, em 2018 a China teve o maior superávit comercial com os Estados Unidos já registrado, com um aumento de 17,2%, para US\$ 323,32 bilhões. O PIB (Produto Interno Bruto) do país cresceu 6,6%, no menor ritmo desde 1990.



Continuação: Trump adia aumento de tarifas sobre produtos chineses, esfriando guerra comercial

O pano de fundo para a disputa, dizem analistas, é a ameaça que a China representa à hegemonia americana e também algumas práticas chinesas questionadas pelo governo de Trump, como as transferências forçadas de tecnologia e a violação de direitos de propriedade intelectual.

Mais conteúdo sobre: Trump Adiamento guerra comercial aumento de tarifas Produtos chineses

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**

3

**Direitos Autorais**

5

**Propriedade Intelectual**

8

**Inovação**

8